

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO
DO RELATÓRIO DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV
EMPREENHIMENTO "TERMINAL DE GRANÉIS DE EXPORTAÇÃO"
04/2013
ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA**

DEGRAVAÇÃO

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Boa noite, senhoras, senhores e autoridades presentes. Esta é a Audiência Pública de número 4/2013, que tem por finalidade oferecer informações, esclarecer dúvidas e permitir o posicionamento da população do entorno do empreendimento, que é o Terminal de Granéis de Exportação, da empresa Rocha Terminais Portuários e Logística.

Agradecemos a presença do Sr. Gazito Sales das Neves, Diretor Administrativo da Cagepar, e Sr. Luciano César Dias Salmon, Diretor Técnico da Cagepar.

Nesta audiência, será apresentado o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, de acordo com o Artigo 43 da Lei 2.557/01 do Estatuto das Cidades, Lei complementar Municipal 60/07 (PDDI) e Lei Número 2.822/2007.

Primeiramente, gostaria de lembrar que, após a composição da mesa e abertura da Audiência Pública, que será realizada pelo Presidente da Mesa, teremos a exposição do projeto do empreendimento e do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV. Posteriormente, daremos um intervalo de 15 minutos, que é o tempo disponível para os senhores se inscreverem, com as moças da recepção, lá embaixo, e formularem as perguntas de forma escrita.

Os senhores que desejarem fazer as perguntas de forma oral, também devem se inscrever. E é importante lembrar que essa é a oportunidade para fazer os questionamentos. As perguntas orais terão um tempo de 2 minutos cronometrados, com direito a réplica e tréplica.

Bem, então, vamos à composição da mesa:

Primeiramente, chamaremos o representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária, a Sra. Aline Carla Costa. Chamaremos, agora, o representante da empresa Rocha Terminais Portuários e Logística, Sr. Eng. Luiz Antonio de Mattos. Chamamos, agora, à mesa, o representante da Plenária, Sr Antônio Emmanuel. Perdão, Paulo Emmanuel. E eu, Glendha Ramos, serei a Secretária de Mesa.

Bem, com a mesa já composta, eu lhes informarei os procedimentos da Audiência Pública.

Dos procedimentos da Audiência Pública:

A Audiência Pública será composta de três fases, permitindo a abordagem de todo o conteúdo do EIV. São elas:

A 1ª fase - Abertura da Audiência Pública (que está acontecendo agora);

A 2ª fase - Apresentação do EIV pelo representante do empreendedor;

E a 3ª fase - O encerramento da Audiência Pública.

1ª fase: Abertura da Audiência Pública

I - Consta o registro de presenças: uma hora antes e até trinta minutos após o início dos trabalhos.

II - Na abertura, há o pronunciamento do Secretário Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária ou seu representante, na qualidade de presidente da mesa coordenadora da audiência.

III - Instalação dos trabalhos: formação da Mesa Coordenadora da Audiência Pública composta pelo Secretário Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária, ou seu representante devidamente nomeado, na qualidade de

Presidente; um representante do empreendedor; um representante da Plenária da Audiência; e um Secretário de Mesa (que no caso, serei eu) que será responsável pela lavratura da Ata. A escolha do representante da Plenária dar-se-á por indicação dos demais membros da Plenária ou sorteio entre as entidades presentes.

IV- Apresentação preliminar da Audiência e leitura do Regulamento da Audiência Pública pelo Presidente da Mesa Coordenadora ou seu preposto.

2ª fase: Apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança , que é o EIV.

O representante do empreendedor fará a apresentação do EIV, na qual será facilitada a compreensão por linguagem acessível e ilustrada, de modo a possibilitar o entendimento das vantagens e desvantagens, bem como as consequências da implantação do empreendimento, que deverá seguir as seguintes etapas:

* A primeira etapa é a Exposição, que consta a apresentação de justificativas e demais aspectos relevantes do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, no caso, pelo representante do empreendedor.

*Segundo, é colocação da matéria em quatro blocos: no primeiro, a caracterização do empreendimento; no segundo, as vantagens e desvantagens do empreendimento; no terceiro, as consequências da implantação; no quarto, as medidas mitigadoras (medidas destinadas a prevenir impactos negativos ou, então, reduzir sua magnitude). O tempo máximo para apresentação será de 60 minutos distribuídos em os quatro blocos.

Manifestação dos participantes: qualquer participante, obedecida a ordem de inscrições, poderá solicitar esclarecimentos sobre a exposição. As inscrições ocorrerão durante a exposição de cada bloco, encerrando-se ao final da apresentação do bloco. Cada intervenção terá o tempo máximo de 2 minutos, limitando-se o tempo total para o conjunto das intervenções para

cada bloco de 20 minutos.

* Terceiro: esclarecimentos. A equipe técnica da Câmara Técnica do Conselho Municipal de Urbanismo oferecerá esclarecimentos às manifestações realizadas quando solicitado.

* No quarto, manifestações: o autor de considerações ou proposições, protocolizadas por escrito nos termos deste regulamento, poderá realizar a apresentação oral das mesmas no tempo máximo de 3 minutos, sem permissão de apertes, obedecida a ordem de inscrições, e limitando-se ao tempo total de 30 minutos. As inscrições ocorrerão durante as exposições referidas no item anterior, encerrando-se ao final daquela. Todas as manifestações protocolizadas nos termos deste Regulamento serão analisadas pela Câmara Técnica do Conselho municipal de Urbanismo - CTCMU, independente de sua apresentação oral.

A 3ª, e última fase, é o Encerramento da Audiência Pública.

Encerramento da reunião: será realizado pelo Presidente de Mesa após 3 horas da abertura da audiência, podendo ser antecipado ou prorrogado a critério da Coordenação, ouvidos os presentes.

Passo, agora a palavra à Presidente da Mesa, a representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária, Sra. Aline Carla Costa.

Aline Carla Costa (Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária)

- Olá, boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer a presença de vocês. E gostaria, também, de deixar aberta, aqui, esta Audiência Pública, sobre o empreendimento da empresa Rocha, para a apresentação do empreendedor.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Bem, convido os senhores a desfazer a mesa, para assistir à exposição do projeto, pelo representante da empresa Rocha Terminais Portuários e Logística.

Convido agora, para fazer a exposição do projeto, Sra. Bruna Bertoldi Freire.

Bruna Bertoldi Freire (Aspecto Ambiental)

- Boa noite a todos. Vou apresentar, então, para vocês o Estudo de Impacto de Vizinhança do Terminal de Granéis de Exportação da empresa Rocha Terminais Portuários.

Conforme já explicado anteriormente, baseado no Decreto Municipal, eu vou apresentar em quatro blocos: a caracterização do empreendimento; vantagens e desvantagens; as consequências da implantação; e as medidas mitigadoras.

Falando um pouquinho apenas do Rocha, é uma empresa que está atuando em Paranaguá há 150 anos, e desde 1864 na indústria, comércio e navegação. Em 1885, com a chegada da rodovia Curitiba-Paranaguá, teve ampliação das suas atividades. Em 2000, com a aquisição de dois guindastes, ampliou sua atividade na descarga de granéis.

Bom, então, o empreendimento é um terminal de granéis agrícolas para exportação. Tem uma capacidade de armazenamento de 305 000 toneladas e os principais produtos são os grãos, o açúcar e o farelo. A localização dele está na Avenida Coronel José Lobo, aqui no Bairro D. Pedro, no número 1250. Fazendo uma aproximação, a gente tem ele bem pertinho do Porto, aqui perto do corredor de exportação, né?! E o empreendimento, então, ele fica então na José Lobo, entre as ruas Manoel Pereira e Barão do Rio Branco. Em relação ao Plano Diretor, esse empreendimento, ele está inserido dentro da Zona de Interesse Portuário e totalmente voltado para a atividade desse empreendimento. Em relação ao Plano de Desenvolvimento do Porto, ele fica

na área de granéis sólidos, nesta área verde aqui do mapa. Aqui está uma planta interna do armazém, uma planta esquemática. Então, a gente tem a Avenida Coronel José Lobo nessa região, Manoel Pereira, e aqui a Barão do Rio Branco. E aqui para trás, a gente tem a área da APPA.

Para poder explicar o empreendimento de uma forma clara e objetiva, a gente dividiu ele nas suas três principais atividades, que é o recebimento, o armazenamento e a expedição. Falando um pouco, então, do recebimento, principalmente, ele vai receber através do modal rodoviário e do ferroviário, sendo que o principal meio de recebimento será o ferroviário. Em relação ao rodoviário, o empreendimento terá quatro moegas rodoviárias, com quatro tombadores de caminhões. Então, a hora que vem descarregar o caminhão são quatro tombadores que fazem a descarga, e ele tem uma capacidade para receber 12 caminhões/hora. Em relação ao ferroviário, que é o principal modal, vão existir duas moegas ferroviárias com capacidade simultânea de 8 vagões de descarregamento. É uma grande capacidade de descarga dos grãos. Vai poder receber 280 vagões por dia. Uma característica importante desse armazém: ele possui quatro ramais ferroviários para capacidade de 70 vagões cada. Isso é o máximo que a ALL pode atingir. Então, o que acontece? A hora que for carregado esse 70 vagões no produtor, ele vem até aqui, o terminal, sem precisar fazer manobras. Então, quando ele passar pela cidade, não tem a necessidade de fazer o desengate de vagões. 70 vagões saem do produtor e descarregam direto no terminal.

Então, aqui, é a forma que vai entrar o modal rodoviário pelo armazém. Ele vai acessar pela Rua Manoel Pereira e entra nas duas quadras, né?! Na quadra A, ele entra por esse acesso; e na quadra B, no acesso lateral. Mais para frente eu vou explicar um pouquinho melhor sobre esses fluxos.

Na questão do ferroviário, então, ele vai vir por trás do empreendimento numa malha ferroviária já existente, que também eu vou mostrar um pouco mais à frente, e fará a descarga nas moegas.

Em relação ao armazenamento, essa é uma prospecção do empreendimento, como ele ficará. A gente tem aqui a... Opa, desculpe. Aqui a Avenida José Lobo, e aqui a Barão do Rio Branco. Hoje, no local, já existe empreendimento de granéis. Aqui, compondo a quadra A, e atrás, aqui será a quadra B do empreendimento.

Falando um pouco, então, do armazenamento. Como eu já falei, será: grãos, farelo e açúcar. O armazém de grãos vai ter uma capacidade de 120 000 toneladas; o armazém de açúcar, 110 000 toneladas; e o armazém para farelo, 75 000 toneladas.

Em relação à expedição: a expedição será por correias transportadoras que ligarão o armazém ao corredor de exportação. Serão 6 correias com uma capacidade de 6000 toneladas/hora. Até no folheto de vocês teve um pequeno erro, está 4500, mas o correto é 6000. O importante das correias transportadoras é que elas estão ligadas ao corredor de exportação sem fazer nenhuma passagem por cima de nenhuma rua do entorno. Então, do empreendimento, já vai estar conectado na correia de exportação que vai estar conectado diretamente ao Porto.

Aqui, é uma imagem das correias, né, que serão. Aqui, é a correia internamente, é hermeticamente fechada. Essa é uma área que ela... Aqui, vão existir as correias que vão passar por esse espaço, né?! Então, é uma instalação totalmente fechada para, justamente, fazer o enclausuramento do pó. Aqui, é só uma figura de como vai estar ligada ao corredor de exportação.

Então, em relação à vizinhança: o empreendimento, ele vai estar inserido próximo a outros empreendimentos com atividades semelhantes. Em amarelo, a gente tem os armazéns que também trabalham com granéis.

A gente, então, tem a Coamo, que trabalha com granéis. A Cotriguaçu, com os grãos. Na frente do empreendimento, há um outro empreendimento do Rocha que trabalha com granéis também. Temos a Península, a GTL, a Fertipar e outro empreendimento do Rocha. Esse é o mesmo mapinha.

semelhante. Vocês podem acompanhar pelo folheto entregue. Em azul, a gente tem comércios da região. A gente tem o posto de gasolina, aqui tem comércio de serviços e, aqui, uma empresa de logística. Esse raio vermelho é a área de influência direta delimitada pelo empreendimento, onde haverá o fluxo de caminhões. O empreendimento, indiretamente, vai estar influenciando.

Falando, então, um pouco das vantagens e desvantagens. Como vantagem do empreendimento, a gente tem uma previsão de contratação de 281 empregos. Haverá um aumento de 5 milhões de toneladas na capacidade de armazenamento do Porto. Isso influenciará no auxílio dos caminhões que ficam aguardando a descarga nos armazéns e esse armazém contará com esse benefício. É um empreendimento voltado pro modal ferroviário. Ele tem uma grande capacidade de descarga. Como eu falei antes, serão 8 vagões para descarregamento simultâneo. Principal característica em relação ao trem é que não haverá nenhuma passagem de nível adicional do que hoje já existe. Então, hoje que a gente tem a malha ferroviária já existente em Paranaguá, próxima à região do empreendimento. E a gente percebe que por essa foto do satélite que não haverá nenhuma mudança no que já ocorre hoje. Então, o empreendimento não vai causar nenhum impacto em relação à malha ferroviária. Outra vantagem desse empreendimento: não haverá desmate da vegetação nativa no local, apenas a vegetação rasteira. E a localização do empreendimento está totalmente voltado com as políticas do município, principalmente, em relação ao Plano Diretor.

Como desvantagem, então, do empreendimento, a gente vai ter o aumento de 7% do tráfego de caminhões na cidade com os 12 caminhões/hora que será enviado e a questão da emissão de pó devido ao tipo de produto que vai ser movimentado.

Como consequência, então, da implantação do empreendimento, a gente terá uma obra que vai durar dois anos e uma contratação... uma previsão de contratação de 700 empregos. Em relação, também, à consequência da

implantação, a gente vai ter o incentivo do desenvolvimento do comércio e indústria local devido à necessidade de manutenção do próprio terminal. Então, a gente tem empresas que vão precisar atuar na questão de manutenção de equipamentos de elétrica, eletrônica, ar comprimido, o próprio sistema de desempoeiramento, manutenção predial, incentivando o comércio local e a indústria.

Outra consequência da implantação vai ser disponibilização de 5 milhões de toneladas de armazenamento no município de Paranaguá; o aumento da receita tributária, principalmente municipal, juntamente com a federal e a estadual; e a questão de 7% do tráfego de caminhões no município, que, mais para frente, a gente vai decorrer.

Então, como medidas mitigadoras para as desvantagens que a gente apresentou do empreendimento, vão ser adotadas:

- * a instalação de um pátio de estacionamento;
- * a intensificação do uso de sinalização vertical e horizontal;
- * a instalação de redutores de velocidade;
- * limpeza das carrocerias e rodados do caminhão;
- * controle de emissão do pó;
- * plantio de árvores ao redor do empreendimento;
- * e controle do descarte das águas pluviais.

Então, entre as principais medidas mitigadoras está a instalação do pátio de estacionamento de caminhões que foi avaliado na... Que vai ser instalado na Avenida Ayrton Senna, próximo ao pátio de manobra da ALL, no Km 5. Esse pátio, ele tem o objetivo, então, de fazer a triagem quando o caminhão

chega para avaliar que tipo de grão ele está trazendo, a inspeção e a limpeza primária do caminhão. Vai ter o auxílio de um soprador que vai estar fazendo a limpeza da carroceria e do rodado do caminhão. Esse estacionamento, ele tem capacidade para 240 caminhões/dia. É a capacidade que o armazém tem para receber de caminhões. São 12 caminhões por hora em 20 horas de funcionamento, dá os 240 caminhões.

Então, em relação, especificamente, a esse pátio de estacionamento que fica na Avenida Ayrton Senna... Aqui só para situar é a Honda Sambaqui, perto do empreendimento, né?! O que que esse pátio vai ter? O acesso será somente pela Avenida Ayrton Senna. Não será permitido acesso pela Bento Munhoz. Haverá uma pista de desaceleração para a entrada dos caminhões no empreendimento, o plantio de árvores ao redor de todo o empreendimento, fazendo uma cortina vegetal para controle, até, da emissão de pó e a lateral da Avenida Bento Munhoz totalmente fechada. Não haverá acesso de caminhão por essa avenida.

Então, falando um pouco do fluxo de caminhão, como vai ocorrer da BR-277 até o estacionamento, e do estacionamento até o terminal. Pela BR-277, os caminhões vão chegar até o terminal pela Avenida Ayrton Senna, onde farão a triagem e, após, continuarão pela própria Avenida Ayrton Senna. Esse é a chegada da BR até o pátio. Do pátio para o armazém, eles vão sair pela Avenida Ayrton Senna, vão até o final dela, e vão virar na Avenida Manoel Bonifácio. Da Manoel Bonifácio, eles cruzam a Avenida José Lobo e chegam ao empreendimento pela Rua Manoel Pereira. Após os descarregamento do caminhão, o caminhão retorna pela Rua Barão do Rio Branco, pegando a José Lobo e fazendo o seu roteiro de volta.

Qual que "são" então... Como é que vai ser esse fluxo de caminhão entre o pátio e o armazém? Haverá um cadastro dos caminhões no pátio onde é feita a triagem para saber que tipo de caminhão que estará lá aguardando a espera. Haverá um sistema de chamamento em tempo real. Como é que funciona isso? Sincronizado entre o pátio e o armazém, após a descarga dos

caminhões, o terminal faz o acionamento ao pátio para que envie mais 12 caminhões para a descarga. Para fazer isso, a comunicação é através de rádios e celulares.

Aqui, então, vendo a área interna do próprio armazém, a gente percebe que os 12 caminhões que vão ser encaminhados por hora, todos eles são absorvidos dentro do empreendimento no momento da descarga, nos tombadores, e nas áreas internas que o empreendimento possui para receber esses caminhões.

Outra medida mitigadora, então, é a questão da intensificação do uso da sinalização vertical. São sinalizações, placas, orientando qual que é a rota do caminhão até o terminal para orientar justamente os motoristas a seguir o roteiro pré-determinado. A instalação dos redutores de velocidade dos entroncamentos da Manoel Pereira com a José Lobo, e da Rua Barão do Rio Branco também com a José Lobo. Aqui, só demonstrando quais são os cruzamentos, da onde o caminhão virá, né, da Rua Manoel Bonifácio, vindo aqui na Manoel Pereira, vai cruzar a José Lobo e vai entrar no armazém. Então, o redutor será instalado nesse trecho e aqui, também, no retorno para estar fazendo a redução da velocidade.

A questão, então, da limpeza da carroceria e rodados de caminhões. Haverá um soprador no pátio de triagem para fazer essa limpeza da possível sujeira que o caminhão possa trazer no seu percurso e antes de sair para o terminal, ele também vai passar por uma limpeza. No terminal, após a descarga, será passado o soprador para que evite que carregue produto para as vias públicas. Em relação ao controle da emissão de pó, todos os pontos do armazém que haverá geração da emissão de pó, vai existir sistemas de captação. Então, são exaustores que puxam o pó e direcionam eles para um sistema de desempoeiramento. Principalmente, as correias transportadoras e as moegas vão possuir esse ponto de captação.

Aqui, a gente tem, então, um exemplo do um sistema de desempoeiramento,

que é, basicamente, um filtro de mangas para onde o pó é direcionado, ele é filtrado. O pó, ele é captado e descartado; e o ar, ele sai sem o material particulado.

Então, por fim das medidas mitigadoras, e já da minha apresentação, também, em relação ao terminal, haverá um plantio de árvores ao redor do empreendimento, da mesma forma que haverá no pátio do Sambaqui, e a questão do controle do descarte das águas pluviais. Como existe uma grande área de captação da água devido ao telhado, essa água é direcionada para tanques de decantação que fazem o controle do descarte para o canal que existe atrás do empreendimento.

Era isso que eu tinha. Obrigada a todos.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Bem, com o projeto já apresentado, daremos um intervalo de 15 minutos para que os senhores possam fazer os questionamentos, lá embaixo, junto às moças da recepção. Todas as perguntas, tanto as de forma escrita, quanto as orais, elas devem ser inscritas.

E fiquem à vontade, também, para beber uma água, um suco, um refrigerante, que estão sendo servidos lá na frente.

Gostaria de lembrá-los que a participação dos senhores é muito importante para nós.

Então, retornaremos dentro de 15 minutos.

INTERVALO

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Bem, então, vamos à segunda parte da Audiência Pública. A mesa já está composta. Contamos com a presença do Presidente da Plenária, Sr Paulo Emmanuel do Nascimento Jr, que é da Defesa Civil. O corpo técnico também está presente: Sr. Ademilson Rodrigues Ribeiro, Sra. Miriam Gomes Leite da Silva, Sr. Luiz Antonio de Mattos, Sra. Bruna. Bem, então, continuando, vamos aos questionamentos já inscritos. Caso alguém queira fazer alguma pergunta oralmente, deverá fazê-la posteriormente às perguntas feitas de forma escrita.

Bem, então vamos à primeira pergunta, que é da senhora Adriana Albini: “Quero solicitar que as contratações sejam feitas pelo Rocha, para que o novo empreendimento seja por meio da Agência do Trabalhador, para que façam parte dos números oficiais do município e contribuam para as verbas destinadas ao município via FAT”.

Luiz Antonio de Mattos (Rocha Terminais Portuários e Logística)

- Como é o nome da senhora?

Aline Carla Costa (Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária)

- Adriana.

Luiz Antonio de Mattos (Rocha Terminais Portuários e Logística)

- Oi, Adriana. Boa Noite. Nós vamos levar essa sugestão para nossa área de Recursos Humanos. E a empresa tem uma preocupação muito grande nesse aspecto que você citou, principalmente no que tange a treinamento do

pessoal.

Adriana Albini (SMT)

- A menina não escreveu bem do jeito que eu coloquei, mas assim, é... Quando qualquer empresa, ela contrata via Agência do Trabalhador, todas essas vagas são, para a gente, colocadas no site do MTE e são contadas para Paranaguá, né, como colocações do município. E todos os cálculos do MTE, do Ministério do Trabalho, em relação aos valores de FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador por município, são calculados por esse número. E em Paranaguá, infelizmente, as empresas não têm muito essa visão e os números que a gente tem, oficiais, de mil... Por exemplo, esse ano nós vamos chegar a mil quatrocentos e alguma coisa de colocados no mercado de trabalho. Esse não é o número oficial.

Luiz Antonio de Mattos (Rocha Terminais Portuários e Logística)

- Não.

Adriana Albini (SMT)

- Esse é o número das pessoas que utilizam o sistema da Agência do Trabalhador. O nosso número é muito maior. Mas, infelizmente, por questões culturais, a gente ainda fica com esse número baixo em relação aos cálculos do FAT. Então, essa é a minha solicitação.

Luiz Antônio de Mattos (Rocha Terminais Portuários e Logística)

- Não. Muito Obrigado! Nós vamos levar essa sua colocação para a nossa área

de RH. Só aproveitando, a empresa, hoje, a Rocha, aqui, tem 250 funcionários diretos, né?! Tem várias empresas terceirizadas, né, que prestam serviços para a nossa empresa. Eu não sei mencionar qual é esse quantitativo do pessoal. E a empresa, ali, também tem interesse em Santa Catarina, no Porto de Santos, no Porto de Rio Grande. Recentemente, está desenvolvendo uns projetos para Norte e Nordeste do país. E, como você colocou, nós temos aqui, hoje, mais ou menos, 500 colaboradores num todo. E esse projeto vai agregar na operação, mais ou menos, 270 funcionários e, mais uma vez, nós vamos levar essa colocação da senhora para a nossa área de RH. Obrigado.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Bem, o próximo questionamento é da senhora Diva Oliveira dos Santos. Está presente? Ela pergunta o seguinte: "Gostaria de saber se as pessoas que moram na proximidade, como no meu caso, que minha casa é encostada com o muro, se vamos ser indenizados e quando que vão fazer a vistoria?"

Isso, Dona Diva.

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- Dona Diva, eu não sei se a senhora está se referindo a esse empreendimento. É que a gente não tem muro nesse empreendimento. Não tem morador no entorno que faça divisa com nosso perímetro. Não sei se a senhora está se referindo ao empreendimento correto para estar em questão nesse momento.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Mais alguma dúvida?

Diva Oliveira dos Santos (Moradora)

- A dúvida que eu tenho é que a minha casa... As casas ali são "tudo" encostadas. As 10 casas que tem ali são "tudo" encostadas no muro do Rocha.

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- A senhora pode dizer qual o bairro que a senhora mora?

Diva Oliveira dos Santos (Moradora)

- Na Serraria do Rocha.

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- Não. É que esse empreendimento que a senhora está se referindo, provavelmente, pertence à Cattalini.

Diva Oliveira dos Santos (Moradora)

- Isto.

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- Isso não é empreendimento do... Não é esse empreendimento em questão,

hoje, na Audiência Pública. Esse é outro empreendimento.

Diva Oliveira dos Santos (Moradora)

- Tá, obrigada!

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Bem, então, vamos às perguntas orais. Sra. Beatriz Bonafini.

Beatriz Bonafini (Estudante)

- Bom, nós sabemos que um empreendimento como esse gera um certo desenvolvimento para nossa cidade. Eu gostaria de saber, previsível... Tá, em média, quantos empregos esse empreendimento vai gerar?

Luiz Antonio de Mattos (Rocha Terminais Portuários e Logística)

- Foi colocado aí, são 270 empregos. 700 na fase de construção e, depois, 200, em torno de 270 empregos diretos para operar o terminal.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

E, encerrando os questionamentos, Sr. Luciano Salmon tem uma pergunta oral.

Luciano Salmon (Diretor da CAGEPAR)

- Boa noite a todos. Eu gostaria que esclarecesse, que eu fiquei com dúvida, quanto ao controle do descarte de águas pluviais, bem como respondesse, também, como é feito, hoje, a coleta e o tratamento no... Vamos dizer assim, na quadra existente, bem como seus projetos da futura instalação já estão desencadeados prevendo esta nova demanda. E, conforme os senhores colocaram aí, teremos, aí, mil pessoas envolvidas no primeiro momento e, depois, 271. Com isso, teremos um aumento de demanda de água e, em consequência também, um acréscimo no efluente de despejo industrial, e também no efluente de esgotamento sanitário. Então, a minha pergunta é, na questão dos projetos, em que situação está?

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- Eu vou colocar, então, em duas fases a respeito do controle ambiental do descarte de efluentes. Na fase de instalação, que está amparado por uma licença de instalação, existe uma condicionante e faz parte também do PCA - Plano de Controle Ambiental o tratamento desse efluente nos canteiros. Então, a empresa que vai ser contratada para fazer a edificação, a construção, ela tem um controle próprio, pode ser com banheiro químico, pode ser até com fossa estanque enterrada. E esse efluente é encaminhado através de caminhão vácuo para a empresa que faz o tratamento. A empresa de saneamento aqui mais próxima é a Águas de Paranaguá. Dependendo da demanda, pode até ser encaminhado para a Sanepar. Isso mediante licenciamento. Isso na fase de implantação, que tem esse incremento que você se referiu, aí, da mão de obra de, aproximadamente, 700 pessoas. O projeto de saneamento entra no projeto do canteiro da obra, na mobilização da empresa. Já na fase da implantação da empresa, quando ela estiver implantada, então, tem sistema de tratamento de esgoto, existe de captação de águas pluviais, caixa de decantação para retenção do particulado (o sólido em suspensão ou decantado). E é feito também, por causa da condicionante da licença, a análise físico-química dessa água para, então, ser descartada.

Isso entra na condicionante de licença de operação do terminal. Está prevista já na fase de instalação essa condicionante.

Luciano Salmon (Diretor da CAGEPAR)

- Então, a resposta do senhor é que, hoje, o existente já funciona assim, né?!

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- A gente não tem... O empreendimento não está instalado, né?!

Luciano Salmon (Diretor da CAGEPAR)

- Não, mas no módulo que, hoje, existe. Conforme eu vi ali no croqui, você diz que já existe uma área, uma quadra já edificada, já operando?

Ademilson Rodrigues Ribeiro (Aspecto Ambiental)

- Na quadra que já está edificada, que já está coberta por uma licença de operação, já existe esse controle. Já existe análise química... Químico-física que é entregue ao órgão ambiental e o descarte é feito nas redes pluviais mediante análise. Isso já existe nessa licença de operação.

Luciano Salmon(Diretor da CAGEPAR)

- Satisfeito.

Glendha Ramos (Secretária de Mesa)

- Eu passo a palavra, então, à Presidente da Mesa, Sra. Aline Carla Costa, que fará o encerramento da audiência e as considerações finais.

Aline Carla Costa (Secretaria Municipal de urbanismo e Gestão Fundiária)

- Gostaria de agradecer a presença de todos, né?! Dizer que isso que nós realizamos aqui, hoje, é um instrumento, realmente, para o desenvolvimento do nosso município. E gostaria até que tivesse mais pessoas, mas a empresa cumpriu com todos os requisitos solicitados. Então, eu só tenho realmente a agradecer e desejar uma boa noite a todos. E dizer que está encerrada a Audiência Pública do EIV da empresa Rocha.


Nada mais a tratar, o coordenador agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência a qual eu, Glendha Ramos, secretariei e registrei a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Paranaquá, 16 de dezembro 2013.

Almeida Dora

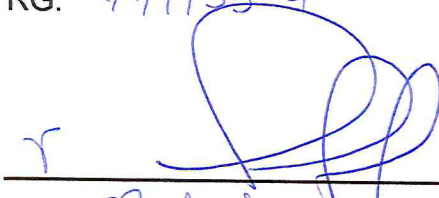
Nome: Aline Carla Costa

RG: 7412111-0



Nome: LUIZ ANTONIO DE MATOS

RG: 779153-4



Nome: Paulo Emmanuél de Nascimento Jr.

RG: 2077401PR



Nome: Glendha Ramos
RG: 93849507